

L      E      I      N<sup>o</sup> 1.656/89

Data: 20 de novembro de 1989.

Súmula: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1990.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Art. 1<sup>o</sup> - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1990, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composta pelas receitas e despesas dos órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundações e Fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta deste orçamento, estima a receita em NCz\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzados novos) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2<sup>o</sup> - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITA DE TESOIRO

1.1 RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária NCz\$ 947.000,00

Receita Patrimonial NCz\$ 205.000,00

Receita Industrial NCz\$ 213.000,00

Transferências Correntes NCz\$ 48.108.000,00

Outras Receitas Correntes NCz\$ 50.260.000,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito NCz\$ 20.000,00

Alienação de Bens NCz\$ 10.000,00

Transferências de Capital NCz\$ 1.700.000,00

Outras Receitas de Capital NCz\$ 10.000,00

NCz\$ 1.740.000,00

SUB-TOTAL: NCz\$ 52.000.000,00

## 2 – RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, FUNDAÇÕES E FUNDOS

2.1 RECEITAS CORRENTES NCz\$ -

2.2 RECEITAS DE CAPITAL NCz\$ -

TOTAL DA RECEITA NCz\$ 52.000.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

### I – PODER LEGISLATIVO

100 – Câmara Municipal NCz\$ 3.000.000,000

### II – PODER EXECUTIVO

200 – Executivo Municipal NCz\$ 1.425.200,00

300 – Departamento Administrativo NCz\$ 3.598.000,00

400 – Departamento da Fazenda NCz\$ 1.392.000,00

500 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos NCz\$ 24.084.800,00

600 – Departamento de Educação e Cultura NCz\$ 13.000.000,00

700 – Departamento de Saúde e Serviço Social NCz\$ 5.500.000,00

TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DO TESOUREO NCz\$ 52.000.000,00

## DESPESAS À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, FUNDAÇÕES E FUNDOS

TOTAL DAS DEPENDAS NCz\$ 52.000.000,00

Art. 4º - Os órgãos da Administração Indireta, Fundações e Fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta desta Lei, terão orçamentos próprios elaborados e aprovados na forma da legislação na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por decretos do Poder Executivo Municipal, na forma do parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 , de 17 de março de 1964.

Art. 5º - O Executivo Municipal é autorizada a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei.

§ 1º - Os remanejamentos de dotações referentes a recursos transferidos vinculados e de operações de crédito, não serão computados para o limite fixado no caput deste artigo.

§ 2º - Fica também autorizada e não será computada para efeito do limite fixado no caput deste artigo, suplementação pelo valor de excesso de arrecadação sobre a previsão orçamentária, das dotações que corresponderem à aplicação das respectivas receitas transferidas vinculadas e de operações de crédito.

Art. 6º - Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, d 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais, as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

Parágrafo Único – As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computadas para efeito do limite fixado do artigo 5º desta Lei.

Art. 7º - Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal é autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao

efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite fixado na Constituição Federal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 20 de novembro de 1989.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal